

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

José Cruz / Agência Brasil



Líder do governo, senador é suspeito no caso Master

Nas redes, petistas tratam de 'prestigiar' Jaques Wagner

O gabinete do ódio petista entrou em campo ainda na sexta-feira para tentar constranger o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (BA), a pedir para sair.

Oficialmente, Wagner está prestigiado pelo PT. O presidente Lula ligou duas vezes para seu ainda líder, e, segundo o relato deste, manifestou solidariedade e não indicou que vai mexer no seu cargo.

O presidente do partido, Edinho Silva, disse que o partido confia no senador, que ele é "depositário" de toda a confiança. Mas, em tempos de Copa, vale lembrar que, nas décadas de 1960 e 1970, dirigentes de clubes diziam que estavam "prestigiados" técnicos que, no dia seguinte, iam pra rua.

O caso Messias

Petistas inundaram redes sociais de críticas a Wagner. Os posts não se limitaram às suspeitas de que ele recebeu dinheiro e vantagens do Banco Master — e o risco que o fato representa para a campanha de reeleição de Lula. Muita gente lembrou que Wagner tomou bola entre as pernas do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na derrota da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal.

Carlos Moura/Agência Senado



Alcolumbre derrotou o governo na indicação de Messias

PL da Dosimetria

Petistas também fazem questão de recordar que, em dezembro passado, Wagner deu aval para que o projeto de lei que diminui as penas de condenados por golpismo fosse votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O chamado PL da Dosimetria acabou aprovado pelo Congresso.

Setores mais à esquerda do PT também não perdoam o líder de Lula por, em pronunciamento, ter criticado o governo de Israel, mas falado em "atrocidades feitas pelo terrorismo do Hamas".

Solidariedade limitada

Quadro histórico do PT, ex-governador da Bahia, citado algumas vezes como possível candidato ao Planalto, Wagner tem prestígio acumulado com Lula.

Mas o presidente, outras vezes — como no Mensalão — mostrou que sua solidariedade tem limites. Vice-líder do governo na Câmara, Rogério Correia (MG) já declarou que Wagner deveria se afastar do cargo.

Novo amigo

Ameaçado de não conseguir a reeleição para o Senado, o Randolfe Rodrigues (PT-AP) virou amigo de infância de Alcolumbre, seu ex-adversário. Na sexta, o petista publicou em seu Instagram uma celebração ao aniversário do presidente do Senado ao lado de uma imagem em que ambos estavam abraçados.

Reações

Randolfe desejou "saúde, felicidade e sabedoria" a Alcolumbre e ressaltou seu trabalho de "extrema importância para o Amapá". O post gerou muitas reações negativas, seguidores do petista lembraram que o presidente do Senado tem atrasado a tramitação do fim da escala de trabalho seis por um.

Estabilização

Apesar de ter mostrado uma consolidação da vantagem de quatro pontos de Lula sobre Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno, a pesquisa do Datafolha foi recebida com alívio entre partidários do principal candidato da oposição. Isso, por alguns motivos: o principal é ter apontado para uma estabilização.

Sem efeito

Ou seja: pouco mais de um mês depois da revelação de seu pedido de dinheiro a Daniel Vorcaro, Flávio parou de cair; e, Lula, de crescer. Isso, mesmo depois de, no início de junho, logo depois da visita do senador fluminense a Donald Trump, o governo norte-americano anunciar possíveis novas tarifas contra o Brasil e criticar o Pix.

Viabilidade

O fato de nenhum outro candidato da oposição ter subido reforça a percepção de que Flávio é o único nome no grupo. A operação contra Jaques Wagner também deu aos bolsonaristas a expectativa de diluir danos do caso Master — isto, claro, se não surgir outro fato novo contra o filho de Jair.

Soma zero

Petistas avaliam que a estabilidade revela um empate entre fatos gerados pelas candidaturas ao longo de junho: atacado por Flávio ao se mostrar contrário à decisão dos EUA de classificar como terroristas organizações criminosas, o Planalto elevou o tom do discurso de soberania. Um fato teria anulado o outro.



Decreto de Lula une combate às bets e ao crime

Decreto endurece jogo contra as bets

Decisão bloqueia recursos para financiar combate ao crime

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou o Decreto nº 13.033, que prevê o bloqueio financeiro de recursos de empresas e plataformas virtuais de apostas esportivas e cassino online, conhecidas como bets, que forem irregulares.

Em um movimento conjunto com os Ministérios da Fazenda e da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o decreto assinado na sexta-feira (19) redireciona o dinheiro confiscado de bets ilegais para o Fundo Nacional de Segurança Pública e será utilizado no combate ao crime organizado no país.

Ao Correio da Manhã, o professor de Economia do Ibmec Brasília Renan Silva avaliou que o decreto marca uma mudança de paradigma na abordagem do governo frente ao setor de apostas. Ele ainda detalhou que, do ponto de vista econômico, a medida mira na estratégia de interromper o fluxo de caixa, o que ele classificou como a "ferramenta mais eficaz para neutralizar organizações criminosas".

"Ao atingir a infraestrutura bancária, inclusive responsabilizando instituições financeiras que facilitam movimentações de plataformas clandestinas, o Estado deixa de apenas 'derrubar sites' (efeito paliativo) e passa a atacar o core financeiro dessas operações. Isso reduz o incentivo

econômico para que o crime organizado utilize o setor de apostas como ferramenta de lavagem de dinheiro", explicou Silva.

O professor destacou que o mercado de apostas bets tem drenado uma parcela considerável da renda disponível das famílias brasileiras, impactando famílias e pessoas de menor renda. "Ao limpar o mercado de operadores ilegais, o governo busca conferir maior seriedade ao segmento, reduzindo a exposição de consumidores a plataformas sem lastro. No longo prazo, isso pode reduzir o estresse financeiro doméstico decorrente de apostas compulsivas", destacou Renan.

Segundo o ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, entre 41% e 51% das casas de apostas no Brasil atuam irregularmente, o que resulta em 25,2 milhões de brasileiros apostando em bets ilegais.

A partir de agora, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda, ao identificar um operador não autorizado, formalizará a irregularidade por meio de um auto de constatação e encaminhará o documento para as instituições financeiras e de pagamentos para que bloqueiem os valores de contas relacionadas à empresa irregular em até 24 horas.

As instituições devem reportar o cumprimento da medida em até 48 horas após a notificação da SPA.